

**Designando**, nos termos do Decreto 26.978/87, os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão Julgadora de Licitação a que se refere o artigo 51, da Lei Federal 8.666/93, e artigo 46, da Lei Estadual 6.544/89, para atuarem na Diretoria de Ensino – Região de Itapeva:

Marcio Nunes da Cruz, RG 21.602.553-9, Supervisor de Ensino;

Paula Regina Lima Provasi, RG 21.650.969, Diretor Técnico II; Anne Elize Moreira Bueno, RG 46.449.676, Oficial Administrativo.

**Designando**, nos termos do Decreto 7.510/76 alterado pelo Decreto 26.978/87, os servidores abaixo para constituírem a Comissão de Recepção e Liberação de Materiais da Diretoria de Ensino – Região de Itapeva:

Juliana de Fátima Rodrigues Lopes, RG 42.773.417, Analista Sócio Cultural;

Rafael Alves Machado, RG 22.656.498, Diretor I; Anne Elize Moreira Bueno, RG 46.449.676, Oficial Administrativo;

Juliano Lobo Ribeiro, RG 18.663.408, Assessor II; Daniel Duchen Hiromitus, RG 34.311.746, Oficial Administrativo.

**Designando**, os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo das atividades inerentes à seus cargos, constituírem a Equipe de Apoio de Material Excedente:

Daniel Duchen Hiromitus, RG 34.411.746, Oficial Administrativo;

Juliano Lobo Ribeiro, RG 18.663.408, Assessor II, Rafael Alves Machado, RG 22.656.498, Diretor I, Juliana de Fátima Rodrigues Lopes, RG 42.773.417, Analista Sócio Cultural.

**Designando**, nos termos do artigo 5º, inciso I a IV, da Resolução SE-28, de 12-05-2011, os servidores abaixo, para atendimento ao auxílio-transporte às Prefeituras Municipais jurisdicionadas a esta Diretoria de Ensino:

1- Rodolfo Rodrigues Pereira, RG 48.347.767, gestor dos convênios de transporte escolar;

2- Paula Regina de Lima Provasi, RG 21.650.969-5, co-gestor dos convênios de transporte escolar;

3- Nélcio Celso Fernandes Junior, Analista Administrativo, RG 41.084.202, responsável pela instrução processual;

4- Dirceleone Camargo Nicoletti, RG 20.230.131, responsável pelo pagamento dos serviços prestados.

5- Nélcio Celso Fernandes Junior, Analista Administrativo, RG 41.084.202.

**Designando**, Noemi Aparecida Barbosa, RG 8.854.282, Diretor Técnico II, para em atendimento ao disposto no Artigo 97, das Instruções 01/2008, desenvolver a atividade de controle interno nesta Diretoria de Ensino.

**Nomeando**, Comissão Disciplinar Permanente para os Jogos Escolares do Estado de São Paulo, da Diretoria de Ensino – Região de Itapeva, conforme segue:

Auditor Presidente: Marcio Nunes da Cruz, RG 21.602.553-9; Auditor Vice-Presidente: Rodolfo Rodrigues Pereira, RG 48.347.767;

Auditor Membro: Josiane Vieira da Silva, RG 33.601.781-9; Auditor Membro: Noemi Aparecida Barbosa, RG 8.854.282;

Auditor Membro: José do Amaral Netto, RG 21.457.282; Procurador: Nélcio Celso Fernandes Junior, Analista Administrativo, RG 41.084.202.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITU

### Portaria DRE-69, de 19-10-2020

A Dirigente Regional de Ensino da Região de Itu, a teor do que dispõe a legislação vigente, em especial as disposições da Deliberação CEE 21/2001 e Indicação CEE 15/2001, e à vista do contido no SPSP Seduc-PRC-2020/46733, expede a presente portaria:

Artigo 1º - Ficam declarados como equivalentes ao do Sistema Brasileiro de Ensino os estudos realizados nos Estados Unidos da América - EUA, nos anos letivos de 2019 a 2020 (19/08/2019 a 13-03-2020), por Artur Afonso Cavallante Melaré, RG 55.928.614-4, em nível de Ensino Médio – conclusão.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JUNDIAÍ

### Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

**Declarando**, nos termos da Deliberação CEE 21/2001 e Indicação nº CEE 15/2001, da Lei Federal 9394/1996, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas "b" e "c" do inciso II do Artigo 24 e nos termos do inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual 10.403 de 6/7/1971 e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por Raphaela Tavares Gruer Moreira, RG 38.083.976-3/SP, natural de Jundiá - Estado de São Paulo/ Brasil, nascida em 29-11-2001, mediante estudos realizados na Saint Anthony's High School, South Huntington, New York, nos Estados Unidos da América, no período de setembro de 2019 a janeiro de 2020, são equivalentes aos do Sistema Brasileiro de Ensino, em nível de conclusão do Ensino Médio.

### Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

**Homologando**, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Deliberação CEE 10/07, Indicação CEE 13/97, e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável, o Plano Escolar das seguintes escolas:

Colégio Domus Sapiens – Unidade I, CIE 179103, Unidade II, CIE 432994 e Unidade III, CIE 433007, município de Jundiá; Bethel Educacional, CIE 5946, município de Itatiba; Escola Antonio Cintra Gordinho, CIE 133863, município de Jundiá;

Escola Adélia Madani -APAE, CIE 190822, município de Itupeva;

### Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

**Homologando**, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Deliberação CEE 10/07, Indicação CEE 09/97, e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável, os anexos 2020 ao Plano Gestão, quadriênio 2019-2022, das seguintes escolas estaduais:

EE Diógenes Duarte Paes, CIE 19859, município de Jundiá;

EE Napoleão Maia, CIE 19379, município de Jundiá;

EE Quinze de Outubro, CIE 019823, município de Campo Limpo Paulista;

EE Prof. Adoniro Ladeira, CIE 019744, Município de Jundiá;

EE Mário Pereira Pinto, CIE 036080, município de Campo Limpo Paulista;

EE Doutor Antenor Soares Gandra, CIE 019537, município de Jundiá;

EE Adib Miguel Haddad, CIE 039962, município de Jundiá;

EE Padre Maurílio Tomanik, CIE 045755, município de Jundiá;

EE Manuel Euclides de Brito, CIE 019677, município de Itatiba;

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MARÍLIA

### Despacho da Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

Diante do requerimento apresentado por Marcos Antonio Ribeiro Farto, portador do cadastro de pessoa física 157.384.758-52, responsável por estudante do Colégio da Polícia Militar – Associação Cruz Azul de São Paulo, CNPJ 62.106.505/0001-92, Autorizo o pedido de extração de folhas 490 a 545, tendo em vista estar comprovada a legitimidade e interesse do solicitante e a apresentação de comprovante de recolhimento bancário 200190004248792. (Despacho 36/2020)

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MOGI-MIRIM

### Portaria DRE-006, de 19-10-2020

*Dispõe sobre autorização de estágio supervisionado remoto*

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Mogi Mirim, com fundamento na Deliberação CEE 87/2009, Parecer CEE 109/2020, e documentos Orientador que Possibilita a Realização de Estágio Supervisionado Remoto, através do Decreto Estadual 64.879, de 20-03-2020, e à vista de requerimentos, expede a presente portaria:

Artigo 1º – Ficam autorizados os Estágios Supervisionados Remotos durante o ano letivo de 2020 dos seguintes estagiários:

- Amanda Cristina Dias Oliveira, RG 002981359, matriculada na Universidade Federal de São Carlos, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com realização do estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone, em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Débora Naiara dos Santos, RG 53578266-4, matriculada na Universidade Federal de São Carlos, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a realização do estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone, em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Lucas Ribeiro Correa, RG 38079558-9, matriculado na Universidade Federal de São Carlos, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a realização do estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone, em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Lori Matheus Bernardino de Moura Silva, RG 52833226-0, matriculado na Universidade Federal de São Carlos, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a realização do estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone, em Conchal-SP, no total de 80 horas;

- Erick Sekiona Rocha, RG 5399711-X, matriculado na Universidade de São Carlos, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com realização de estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone, em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Beatriz Zanata Siqueira, RG 50865349-6, matriculado na Universidade Federal de São Carlos no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com realização de estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone, em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Ketilyn Safira Oliveira Santos, RG 3924874-X, matriculada na Universidade Federal de São Carlos no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com realização de estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone, em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Nathalia da Roz D'Alessandre, RG 49776 848-3, matriculada na Universidade Federal de São Carlos no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com realização de estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone, em Conchal SP, num total de 80 horas;

- Matheus da Silva, RG 700461-6, matriculado na Universidade Federal de São Carlos no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com realização de estágio remoto na EE Padre Oreste Ladeira em Conchal-SP, num total de 40 horas;

- Tuane de Lima Astolfo, RG 42257103-9, matriculada na Universidade Federal de São Carlos no curso de Ciências Biológicas, com realização do estágio remoto na EE Padre Oreste Ladeira em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- João José Ambrozetto, RG 49626275-0, matriculado na Universidade Federal de São Carlos no curso de Física, com realização de estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Nathalia Elisa Ferreira Vicente, RG 55512264-5, matriculada na Universidade Federal de São Carlos no curso de Ciências Biológicas, com realização do estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Thais Berganton Poletto, RG 46859160-6, matriculada na Universidade Federal de São Carlos, no curso de Ciências Biológicas, com realização de estágio remoto na EE Padre Oreste Ladeira em Conchal-SP, num total de 80 horas;

- Bianca Lorenzi Dan, RG 49781609-X, matriculada na Universidade Federal de São Carlos, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com realização de estágio remoto na EE Padre Alberto Vellone em Conchal-SP, num total de 80 horas;

Artigo 2º – Os responsáveis pelo estabelecimento de Ensino, devem acompanhar, verificar, consultar, e emitir parecer das horas de estágio realizadas, assim como manter a adequação às normas que foram expedidas pelo Conselho Estadual de Educação, e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal 11.788, de 25-09-2008, conforme os documentos e registros elaborados na Unidade Escolar.

Artigo 3º – A Diretoria de Ensino- Região de Mogi Mirim, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta portaria protocolado à vista do requerimento/ protocolo Seduc.

### Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

**Declarando**, nos termos da Deliberação CEE 21/2001, e Indicação CEE 15/2001, da Lei Federal 9394/1996, especialmente no § 1º, do Artigo 23, e alíneas "b" e "c", do inciso II, do Artigo 24, e nos termos do inciso XXIII, do Artigo 2º, da Lei Estadual 10.403, de 06-07-1971, e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por Victor Augusto Martins da Costa Rosa, RG 39.971.525-3, natural de Campinas/SP, nascido em 01-02-2001, que estudos realizados no Landstown Elementary School, Virginia Beach, EUA, no período de 13-09-2016 a 06-06-2020, são equivalentes aos do Sistema Brasileiro de Ensino, em nível de conclusão do Ensino Médio. Seduc-PRC-2020/47821.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PENÁPOLIS

### Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

**Declarando vago**, com fundamento no artigo 58, inciso VI, da LC 180/78, o cargo de PEB II-SQC-III-QM, na EE Prof.ª Maria Luiza Bernardes Nory, em Penápolis, Diretoria de Ensino – Região de Penápolis, a partir de 09-10-2020, em decorrência do falecimento de Junior Cesar Gil Simao, RG 20577834-3.

**Declarando vago**, com fundamento no artigo 58, inciso VI, da LC 180/78, o cargo de Agente de Organização Escolar-SQC-III-QAE, na EE Manoel Bento Neto, em Santópolis do Aguapeí, Diretoria de Ensino – Região de Penápolis, a partir de 11-10-2020, em decorrência do falecimento de Pedro Massami Sugimoto, RG 12665828-6.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

### Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

**Homologando**, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pela instituição, o Plano Escolar 2020 do Centro Educacional Lemense - Objetivo, município de Leme/SP.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANASTÁCIO

### Extrato de Contrato

Contrato 01/2020

Processo Seduc-PRC-2020/04232, referente à ARP 013/ DAAA/2019

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Santo Anastácio

Contratada: W&C Alimentos Eireli - CNPJ 10.362.443/0001-86

Objeto: Aquisição de hortifrutis – rescisão amigável

Data da assinatura: 31-08-2020

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANASTÁCIO

### Extrato de Contrato

Contrato 01/2020

Processo Seduc-PRC-2020/04232, referente à ARP 013/ DAAA/2019

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Santo Anastácio

Contratada: W&C Alimentos Eireli - CNPJ 10.362.443/0001-86

Objeto: Aquisição de hortifrutis – rescisão amigável

Data da assinatura: 31-08-2020

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANASTÁCIO

### Extrato de Contrato

Contrato 01/2020

Processo Seduc-PRC-2020/04232, referente à ARP 013/ DAAA/2019

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Santo Anastácio

Contratada: W&C Alimentos Eireli - CNPJ 10.362.443/0001-86

Objeto: Aquisição de hortifrutis – rescisão amigável

Data da assinatura: 31-08-2020

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANASTÁCIO

### Extrato de Contrato

Contrato 01/2020

Processo Seduc-PRC-2020/04232, referente à ARP 013/ DAAA/2019

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Santo Anastácio

Contratada: W&C Alimentos Eireli - CNPJ 10.362.443/0001-86

Objeto: Aquisição de hortifrutis – rescisão amigável

Data da assinatura: 31-08-2020

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTOS

### Portaria DRE-35, de 14-10-2020

*Dispõe sobre aprovação de Plano de Curso*

O Dirigente Regional de Ensino, de acordo com o Decreto 64.187/19, fundamento na Deliberação CEE 138/16, acrescida do dispositivo pela Deliberação CEE 143/16 e alterada pela Deliberação CEE 148/16, da Deliberação CEE 105/2011, Portaria CEE/GP

450/2011, Deliberação CEE 162/2018 e Indicação CEE 169/18 e do que consta no Seduc-EXP-2020/331397, expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Plano de Curso Técnico em Segurança do Trabalho presencial - carga horária (1.200h), junto ao Colégio Adélia Camargo Correia, localizado na Avenida Miguel Mussa Gaze 247, Vila Santa Rosa, em Guarujá- SP, mantido por Escola Adélia Camargo Correia Eireli, CNPJ 51.070.308/0001-44.

Artigo 2º - O Plano de Curso terá validade de 5 anos, a partir da data de sua publicação.

Artigo 3º - Os responsáveis pelo estabelecimento de ensino ficam obrigados a manter adequados o Regimento Escolar, Planos de Cursos e o Plano Gestão Escolar as instruções relativas ao cumprimento da LDBEN 9394/96 e às normas do Conselho Nacional e Estadual de Educação.

Artigo 4º - A Diretoria de Ensino – Região Santos, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas decorrentes desta portaria.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

### Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

**Designando**, com fundamento na Del. CEE 138/16, acrescida do dispositivo pela Deliberação CEE 143/16, e alterada pela Del. CEE 148/16, e a vista do consta no Seduc-PRC-2020/47917, os Supervisores de Ensino:

Odete Pereira – RG.16.684.978;

Eliane Raquel Pião Satrapa – RG. 19.188.787-0.

Para sob a presidência do primeiro, comporem comissão que procederá a análise da documentação da autorização de funcionamento em mais um endereço do Colégio Crer & Ser, sito à Rua Bahia 188, Vila Paulista, Cubatão/SP, emitindo o parecer conclusivo.

### Homologando:

Plano Escolar 2019

Município de Santos:

Colégio Borba Gato

Plano Escolar 2020

Município de Santos:

Escola Maple Bear

Escola Oliveiras

**Retificando:**

- A Portaria do Dirigente publicada no D.O. de 03-10-2020, pág. 32, Seção I, comissão para Autorização de Funcionamento da Escola Maple Bear, em Guarujá:

Onde se lê:

Marinilza Gonçalves de M. Carvalho – RG. 15.741.614-8 e Rosemary Santana de Oliveira – RG. 24.326.687-X.

Leia-se:

Rosemary Santana de Oliveira – RG 24.326.687-X e Itamar A. Ferreira – RG 10.849.823.

- A Portaria do Dirigente publicada no D.O. de 01-10-2020, pág. 35, Seção I, comissão de aprovação do regimento escolar do Colégio Omega -Santos:

Onde se lê:

Vera Balbino da Silva – RG.18.344.712-8 e Reinaldo Antônio Pereira dos Santos RG. 23.132.778-X.

Leia-se:

Reinaldo Antônio Pereira dos Santos RG 23.132.778-X e Cristiane Eugenio RG 20.476.845-7

- A Portaria do Dirigente publicada no D.O. de 08-11-2019, pág. 45, Seção I, Regularização de Vida Escolar de Christiane Vanessa Camargo RG 41.976.086-6:

Onde se lê:

EE Visconde de São Leopoldo

Leia-se:

EE Prof. Cleóbulu Amazonas Duarte.

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

### Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 14-10-2020

**Designando**, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, os Supervisores de Ensino:

Marcos Nogueira de Lima, RG MG4.065.078;

Maria Paula Basilon de Andrade, RG 16.385.761.

Para comporem a Comissão que procederá a análise, acompanhamento e manifestação sobre pedido de funcionamento em novo endereço do estabelecimento de Ensino Colégio Externato Vargem, CNPJ 14.225.184/0001-00, situado à Rua XV de Novembro 676 e 696, Centro, Vargem Grande do Sul, SP, CEP 13.880-000.

(Portaria 08)

### Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 19-10-2020

**Homologando**, com fundamento na Lei Federal 9394/96, § 2º, do Artigo 29, das Normas Regimentais Básicas aprovadas pelo Parecer CEE-67/98, e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo acompanhamento da Unidade Escolar, os Anexos/Plano Gestão das seguintes Escolas Estaduais:

- EE Prof.ª Laudelina de Oliveira Pourrat - Quadriênio 2019-2022 (Seduc/1059407/2019);

- EE Dr. João Gabriel Ribeiro - Quadriênio 2019-2022 (Seduc/1122449/2019);

- EE Prof. Moisés Horta de Macedo - Quadriênio 2019-2022 (Seduc/1042598/2019);

- EE Prof. João de Moura Guimarães - Quadriênio 2019-2022 (Seduc/1056175/2019);

- EE Prof. Juca Loureiro - Quadriênio 2019-2022 (Seduc/1058516/2019);

- EE

A remessa dos documentos será considerada efetivada após confirmação do recebimento.

**Parágrafo Segundo** - Será fornecido às instituições que manifestem seu interesse, no prazo previsto no artigo 1º, o Projeto Assistencial que contempla os dados estruturais e de necessidades de serviços referentes ao Ambulatório Médico de Especialidades de Carapicuíba – AME Carapicuíba, que deverão ser utilizados pelas instituições para elaboração do Plano Operacional.

**Parágrafo Terceiro** - As instituições que manifestarem interesse poderão solicitar à Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, por meio do e-mail [cgcs-ame@saude.sp.gov.br](mailto:cgcs-ame@saude.sp.gov.br), agendamento de visitas técnicas à unidade em pauta para subsidiar a elaboração do Plano Operacional.

**Parágrafo Quarto** - O Plano Operacional deverá ser entregue em meio eletrônico, acompanhado necessariamente das planilhas fornecidas pela Secretaria de Estado da Saúde em MS-Excel, devidamente preenchidas, datadas e assinadas pelo representante da Organização Social de Saúde.

**Parágrafo Quinto** - Tratando-se de uma unidade já em funcionamento, em caso de alteração na Organização Social de Saúde gerenciadora será criado grupo de transição composto por integrantes da gestão atual, da nova gestora e por membros da Pasta, cabendo aos últimos a definição das diretrizes e responsabilidades para não ocorrência de solução de continuidade nos serviços prestados.

**Artigo 4º** - O Contrato de Gestão reproduzido no Anexo I desta Resolução, cuja minuta foi submetida à Consultoria Jurídica desta Pasta, observará as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie e estará disponível no site eletrônico: <http://www.portaldatransparencia.saude.sp.gov.br/convocacoes.php>

**Artigo 5º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Anexo I**  
(a que se refere a Resolução SS-134, de 19-10-2020)  
Minuta submetida à consultoria Jurídica no processo 001/0100/000.366/2006

**CONTRATO DE GESTÃO**  
**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE, E O(A)..... QUALIFICADO(A) COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE, PARA REGULAMENTAR O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NO (A) .....**

Pelo presente instrumento, de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com sede nesta cidade na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar 188, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado da Saúde, Dr. ...., portador da Cédula de Identidade R.G. nº ....., CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado o(a) ....., com CNPJ/MF nº ....., inscrito no CREMESP sob nº ....., com endereço à Rua ....., e com estatuto arquivado no ..... Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº ....., do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo, neste ato representada por seu ..... Sr. ...., R.G. nº ....., C.P.F. nº ....., doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 846, de 4 de junho de 1998, e considerando a declaração de dispensa de licitação inserida nos autos do Processo nº ....., fundamentada nos § 1º e §3º, do artigo 6º, da Lei Complementar 846/98, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecidos na Lei Federais 8.080/90 e 8.142/90, com fundamento na Constituição Federal, em especial no seu artigo 196 e seguintes, e na Constituição do Estado de São Paulo, em especial o seu artigo 218 e seguintes, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no (a)..... cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO**

1- O presente Contrato de Gestão tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no (a)....., em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento.

2- O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

3- Fazem parte integrante deste Contrato:

a) O Anexo Técnico I – Descrição de Serviços  
b) O Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento  
c) O Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das especificações técnicas nos Anexos e daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e estadual que regem a presente contratação, as seguintes:

1- Prestar os serviços de saúde que estão especificados no Anexo Técnico I - Prestação de Serviços à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE, conforme determina a Lei Complementar 971/05 e de acordo com o estabelecido neste contrato;

2- Dar atendimento exclusivo à demanda dos usuários do SUS e do IAMSPE (Lei Complementar 971/2005) no estabelecimento de saúde, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Lei Complementar 846/98;

3- Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o município de residência e, para os residentes nesta capital do Estado de São Paulo, o registro da região da cidade onde residem (Centro, Leste, Oeste, Norte ou Sul);

4- Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, de que trata a Lei Complementar 846/98, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

4.1- A responsabilidade de que trata o item anterior estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços, nos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11-09-1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5- Restituir, em caso de desqualificação, ao Poder Público, o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores dele recebidos;

6- Administrar os bens móveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público;

6.1- Comunicar à instância responsável da CONTRATANTE todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência;

6.2- Na aquisição de bens móveis deverão ser efetuados os respectivos patrimonialização e registro no Sistema de Administração e Controle Patrimonial (ACP), observada a Cláusula Terceira, item 3 do presente contrato.

6.3- A CONTRATADA deverá proceder à devolução de bens ao Poder Público Estadual, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas ou se tornem inservíveis.

7- A locação de imóvel pela Organização Social de Saúde, com recursos do Contrato de Gestão, dependerá de prévia

pesquisa de mercado, contendo ao menos 3 (três) imóveis de interesse, a ser submetida à Secretaria de Estado da área correspondente, que se pronunciará, em até 30 (trinta) dias, após consulta ao Conselho do Patrimônio Imobiliário para verificar a existência de próprio estadual disponível para uso, consoante Artigo 3º, I, "c" do Decreto 64.056/2018;

7.1- A locação do imóvel se destinará à execução das atividades finalísticas do Contrato de Gestão, consoante Artigo 3º, II, §1º do Decreto 64.056/2018;

8- Transferir, integralmente à CONTRATANTE em caso de desqualificação ou extinção da organização social o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, em razão do contrato de gestão, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde na unidade cujo uso lhe fora permitido;

9- Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como dissídios coletivos e cumprimento das normas legais vigentes nos âmbitos municipal, estadual, federal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho resultantes da execução do objeto desta avença, sem a transferência de qualquer ônus à CONTRATANTE;

10- Instalar na unidade "Serviço de Atendimento ao Usuário", devendo encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde relatório de suas atividades, conforme o disposto nos Anexos deste Contrato de Gestão;

11- Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados;

12- Em se tratando de serviço de hospitalização informar, sempre que solicitado, à CONTRATANTE, o número de vagas disponíveis, a fim de manter atualizado o serviço de atendimento da "Central de Vagas do SUS" (plantão controlador), bem como indicar, de forma atualizada e em lugar visível na unidade, o número de vagas existentes no dia;

12.1 Em se tratando de serviços exclusivamente ambulatoriais, integrar o Serviço de Marcação de Consultas instituído pela Secretaria de Estado da Saúde, se esta assim o definir;

13- Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde, seguido pelo nome designativo "Organização Social de Saúde";

14- Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado, prestador de serviço ou preposto, em razão da execução deste contrato;

15- Manter sempre atualizado o prontuário médico, o arquivo médico e o registro dos exames dos pacientes, pelo prazo mínimo de 05 anos, ressalvados os prazos previstos em lei;

16- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto nos casos de consentimento informado, devidamente aprovado pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa Consentida, quando deverá haver manifestação expressa de consentimento do paciente ou de seu representante legal, por meio de termo de responsabilidade pelo tratamento a que será submetido;

17- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário humanizado, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;

18- Afixar aviso, em lugar visível, de sua condição de entidade qualificada como Organização Social de Saúde, e de gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

19- Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato;

20- Em se tratando de serviço de hospitalização, permitir a visita ao paciente internado, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, por período mínimo de 02 (duas) horas;

21- Em se tratando de serviço de hospitalização assegurar a presença de um acompanhante, em tempo integral, no hospital, nas internações de gestantes, crianças, adolescentes e idosos, com direito a alojamento e alimentação;

22- Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

23- Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

24- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

25- Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos, religiosa e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;

26- Em se tratando de serviço de hospitalização, possuir e manter em pleno funcionamento:

- Comissão de Prontuário Médico;

- Comissão de Óbitos e;

- Comissões de Ética Médica e de Controle de Infecção Hospitalar;

27- Fornecer ao paciente atendido, por ocasião de sua saída, seja no Ambulatório, Pronto-Socorro ou Unidade Hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento prestado, denominado "INFORME DE ATENDIMENTO", do qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados:

1- Nome do paciente;

2- Nome da Unidade de atendimento;

3- Localização do Serviço/Hospital (endereço, município, estado);

4- Motivo do atendimento (CID-10);

5- Data de admissão e data da alta (em caso de internação) e;

6- Procedimentos realizados e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso.

27.1- O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: "Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais";

27.2 - Colher a assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, na segunda via do relatório, arquivando-a no prontuário do paciente, pelo prazo de 05 anos, observando-se as exceções previstas em lei;

28- Limitar suas despesas com o pagamento de remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados das unidades gerenciadas não poderão exceder os níveis de remuneração praticados na rede privada de saúde, observando-se a média de valores de, pelo menos 10 (dez) instituições de mesmo porte e semelhante complexidade sob gestão das Organizações Sociais de Saúde, remuneração esta baseada em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado;

30. A Organização Social de Saúde, consoante Artigo 3º, I, "d", "3" do Decreto 64.056/2018, disponibilizará em seu site na rede mundial de computadores quanto à unidade gerenciada:

1. os relatórios periódicos e anuais de atividades;

2. as prestações de contas anuais;

3. a remuneração bruta e individual mensal dos cargos pagos com recursos do contrato de gestão, de todos os seus empregados e diretores;

4. a relação anual de todos os prestadores de serviços contratados (pessoas jurídicas ou físicas), pagos com recursos do contrato de gestão, com indicação do tipo de serviço, vigência e valor do ajuste, a ser disponibilizada com a prestação de contas de cada exercício, salvo aqueles casos em que haja cláusula de confidencialidade previamente aprovada e cujas informações serão apresentadas somente ao órgão contratante e aos órgãos de controle;

31. A contratada não poderá celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e, ainda, com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;

32. Manter informações mensais quanto aos atendimentos realizados a pacientes contribuintes, beneficiários ou agregados do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE);

33. Deverá a CONTRATADA manter durante toda a execução do presente contrato as mesmas condições de idoneidade, regularidade fiscal, tributária e trabalhista demonstradas na Convocação Pública;

34. A Organização Social de Saúde não poderá contar, na sua Diretoria, com pessoa que seja titular de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública, mandato no poder legislativo ou cargo de dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciados, consoante Artigo 3º, II, do Decreto 64.056/2018;

35. A CONTRATADA, ao término do contrato de gestão, deverá fornecer todas as informações necessárias à nova organização social eventualmente contratada, inclusive no que se refere ao quadro de pessoal;

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

1- Prover a CONTRATADA dos meios necessários à execução do objeto deste Contrato;

2- Programar no orçamento do Estado, nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente Contrato, os recursos necessários, nos elementos financeiros específicos para custear a execução do objeto contratual, de acordo com o sistema de pagamento previsto no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, que integra este instrumento;

3- Permitir o uso dos bens móveis mediante a celebração do correspondente termo de permissão de uso e sempre que uma nova aquisição lhe for comunicada pela CONTRATADA;

3.1- Inventariar e avaliar os bens referidos anteriormente à formalização dos termos de permissão de uso;

4- Prover a CONTRATADA com recurso de investimento, vinculada à aprovação pelas áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde;

5- Promover, mediante autorização governamental, observado o interesse público, o afastamento de servidores públicos para terem exercício na Organização Social de Saúde, conforme o disposto na Lei Complementar 846/98;

6- Analisar, sempre que necessário e, no mínimo anualmente, a capacidade e as condições de prestação de serviços comprovadas por ocasião da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde, para verificar se a mesma ainda dispõe de suficiente nível técnico-assistencial para a execução do objeto contratual;

7- Caberá ao órgão contratante viabilizar os recursos necessários à organização social, para pagamento de dívidas líquidas e certas de natureza trabalhista, previdenciária, cível ou tributária, provenientes de fatos geradores ocorridos anteriormente à gestão do objeto contratual pela OS, e cuja responsabilidade venha a ser imputada a ela, na condição de responsável por sucessão do órgão contratante ou de outra organização social.

8- Caberá ao órgão contratante viabilizar os recursos necessários à organização social, para pagamento de dívidas líquidas e certas de natureza trabalhista, previdenciária, cível ou tributária, provenientes de fatos gerados durante a vigência contratual, cuja responsabilidade seja imputada a contratada, desde que não caracterizem hipóteses de culpa grave ou dolo, reconhecidos judicialmente.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**DA AVALIAÇÃO**

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão, constituída pelo Secretário de Estado da Saúde em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 9º da Lei Complementar 846/98, procederá à verificação trimestral do desenvolvimento das atividades e retorno obtido pela Organização Social de Saúde com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, encaminhando cópia à Assembleia Legislativa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A verificação de que trata o "caput" desta cláusula, relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas para a CONTRATADA, restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades, os quais serão consolidados pela instância responsável da CONTRATANTE e encaminhados aos membros da Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão em tempo hábil para a realização da avaliação trimestral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão deverá elaborar relatório anual conclusivo, sobre a avaliação do desempenho da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Os relatórios deverão ser encaminhados ao Secretário de Estado da Saúde para subsidiar a decisão do Governador do Estado acerca da manutenção da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**DO ACOMPANHAMENTO**

A execução do presente será acompanhada pela Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, através do disposto neste Contrato e seus Anexos e dos instrumentos por ela definidos.

**CLÁUSULA SEXTA**  
**DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão terá início na data de sua assinatura, sendo o encerramento em 31-07-2024.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

O prazo de vigência contratual estipulado não exime a CONTRATANTE da comprovação da existência de recursos orçamentários para a efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura deste contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, especificados no Anexo Técnico I - Descrição de Serviços, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes neste instrumento e nos seus anexos, a importância global estimada de R\$ ..... (.....)

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Do montante global mencionado no "caput" desta cláusula, o valor de R\$ ..... (.....), onerará a rubrica ....., no item....., no exercício de 201.... cujo repasse dar-se-á na modalidade Contrato de Gestão, conforme Instruções do TCESP.

**CUSTEIO**  
**UGE: 090192**

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:**  
**NATUREZA DA DESPESA:**

**FONTE DE RECURSOS:**  
**INVESTIMENTO**  
**UGE: 090192**

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:**  
**NATUREZA DA DESPESA:**  
**FONTE DE RECURSOS:**

MÊS	CUSTEIO	INVESTIMENTO
Janeiro		
Fevereiro		
Março		
Abril		

Maio  
Junho  
Julho  
Agosto  
Setembro  
Outubro  
Novembro  
Dezembro  
TOTAL

**PARÁGRAFO SEGUNDO**  
Ao final de cada exercício financeiro, será estabelecido mediante a celebração de Termo de Aditamento ao presente Contrato, o valor dos recursos financeiros que será repassado à CONTRATADA no exercício seguinte, valor esse a ser definido considerando as metas propostas, em relação à atividade assistencial que será desenvolvida na unidade para cada exercício e, correrá por conta dos recursos consignados nas respectivas leis orçamentárias dos exercícios subsequentes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**  
Os recursos repassados à CONTRATADA poderão ser por esta aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste Contrato de Gestão.

**PARÁGRAFO QUARTO**  
Os recursos financeiros para a execução do objeto do presente Contrato de Gestão pela CONTRATADA poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, receitas auferidas por serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações de ativos financeiros da Organização Social de Saúde e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização, ficando-lhe, ainda, facultado contrair empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

**PARÁGRAFO QUINTO**  
A CONTRATADA deverá receber e movimentar exclusivamente em conta corrente aberta em instituição oficial os recursos que lhe forem passados pela CONTRATANTE, constando como titular a unidade pública sob sua gestão, de modo a que não sejam confundidos com os recursos próprios da CONTRATADA. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEXTO**  
A CONTRATADA deverá mensalmente fazer reserva financeira destinada ao pagamento de férias e de décimo terceiro salário dos empregados da unidade gerenciada, mantendo estes recursos em aplicação financeira.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**  
Recursos financeiros da CONTRATADA eventualmente alocados na unidade pública sob sua gestão passam a integrar a disponibilidade financeira da mesma, não cabendo seu ressarcimento.

**PARÁGRAFO OITAVO**  
O saldo apurado ao final de cada exercício, à critério da CONTRATANTE, poderá permanecer como disponibilidade da CONTRATADA que deverá aplicar o montante na execução do objeto contratual no exercício subsequente.

**PARÁGRAFO NONO**  
Após o encerramento do presente contrato, permanecendo a CONTRATADA com a gestão da unidade assistencial objeto deste contrato de gestão, resultante de nova convocação pública, o saldo financeiro existente poderá, à critério da CONTRATANTE, ser utilizado na execução do novo contrato de gestão.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

As condições de pagamento estão pormenorizadas no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, que integra o presente Contrato de Gestão.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As parcelas mensais serão pagas até o 5º. (quinto) dia útil de cada mês.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os repasses mensais poderão ser objeto de desconto caso não atinjam as metas estabelecidas para os Indicadores de Qualidade (indicadores de qualidade) e para os Indicadores de Produção (modalidade de contratação das atividades assistenciais) estabelecidos para as modalidades de contratação. O desconto apurado será objeto de termo de aditamento nos meses subsequentes.

**CLÁUSULA NONA**  
**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

O presente Contrato de Gestão poderá ser aditado, alterado, parcial ou totalmente, mediante prévia justificativa por escrito que conterá a declaração de interesse de ambas as partes e deverá ser autorizado pelo Secretário de Estado da Saúde.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Qualquer alteração será formalizada mediante termo de aditamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o termo de aditamento implicará em descumprimento contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**DA RESCISÃO**

A rescisão do presente Contrato de Gestão, por inexecução total ou parcial, obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Verificada qualquer hipótese ensejadora da rescisão contratual, o Poder Executivo providenciará a imediata revogação da permissão de uso dos bens móveis e imóveis, a cessação dos afastamentos dos servidores públicos colocados à disposição da CONTRATADA, não cabendo à entidade de direito privado sem fins lucrativos direito a qualquer indenização, salvo na hipótese prevista no § 2º, do artigo 79, da Lei Federal 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE, que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da CONTRATADA, o Estado de São Paulo arcará com os custos relativos a dispensa do pessoal contratado pela Organização Social de Saúde para execução do objeto deste contrato, independentemente de indenização a que a CONTRATADA faça jus.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATADA, a mesma se obriga a continuar prestando os serviços de saúde ora contratados, por um prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da denúncia do Contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A CONTRATADA terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações, prestar contas de sua gestão e restituir o saldo financeiro à CONTRATANTE, se existente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**DAS PENALIDADES**

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto no § 2º, do artigo 7º, da Portaria 1286/93, do Ministério da Saúde, quais sejam:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 anos e;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONTRATADA.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias para interpor recurso, dirigido ao Secretário de Estado da Saúde, garantindo-lhe pleno direito de defesa.

#### PARÁGRAFO QUARTO

O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à CONTRATADA para pagamento, garantindo-lhe pleno direito de defesa, sob pena de adoção das medidas cabíveis para cobrança.

#### PARÁGRAFO QUINTO

A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito de a CONTRATANTE exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

##### DA PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL

A CONTRATANTE, por este contrato, permite o uso do imóvel, onde está instalada a Unidade, exclusivamente para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde objeto do presente contrato.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA poderá, a partir da assinatura do presente instrumento e enquanto perdurar sua vigência, ocupar o imóvel a título precário e gratuito.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

O desvio da finalidade na utilização do imóvel poderá ensejar rescisão do contrato de gestão, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, inclusive por benfeitorias nele realizadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio do Estado.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA poderá, por sua conta e risco, ceder parte do imóvel a terceiros para fins de exploração comercial, tais como lanchonete e estacionamento, como suporte para pacientes, familiares e visitantes, sendo que o valor percebido será destinado à execução do objeto ora contratado.

#### PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA se obriga a zelar pela guarda, limpeza e conservação do imóvel e dos bens que o guarnecem, dando imediato conhecimento à CONTRATANTE de qualquer turbabão de posse que porventura se verificar, ou penhora que venha a recair sobre o imóvel.

#### PARÁGRAFO QUINTO

A CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação pelos órgãos competentes os projetos e memoriais das edificações necessárias, os quais deverão atender às exigências legais, respondendo inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes de obras, serviços ou trabalhos que vier a realizar no imóvel.

#### PARÁGRAFO SEXTO

A não restituição do imóvel e dos bens móveis pela CONTRATADA pelo término da vigência ou pela rescisão do presente contrato de gestão caracterizará esbulho possessório e ensejará a retomada pela forma cabível, inclusive ação de reintegração de posse com direito a liminar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

##### DISPOSIÇÕES FINAIS

1- É vedada a cobrança direta ou indireta ao paciente por serviços médicos, hospitalares ou outros complementares referentes à assistência a ele prestada, sendo lícito à CONTRATADA, no entanto, buscar o ressarcimento a que se refere o artigo 32 da Lei 9.656, de 03-06-1998, nas hipóteses e na forma ali prevista;

2- Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sobre a execução do presente Contrato de Gestão, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS - Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de Termo de Aditamento, ou de notificação dirigida à CONTRATADA e;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

##### DA PUBLICAÇÃO

O Contrato de Gestão será publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

##### DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

..... de ..... de .....

Contratada	Contratante
Testemunhas:	
1) _____	2) _____
Nome:	Nome:
R.G.:	R.G.:

#### ANEXO TÉCNICO I

(a que se refere a Resolução SS-134, de 19-10-2020)

#### DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS

##### I – CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A CONTRATADA atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual – IAMSPE (Lei Complementar 971/1995), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia (unidade hospitalar, exclusivamente ambulatorial, ou outros).

O Serviço de Admissão da CONTRATADA solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico realizar-se-á de acordo com o fluxo estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela CONTRATADA serão efetuados através dos dados registrados no SIH - Sistema de Informações Hospitalares, no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela CONTRATANTE.

##### 1. ATENDIMENTO AMBULATORIAL

O atendimento ambulatorial compreende:

- Primeira consulta;
- Interconsulta;
- Consultas subsequentes (retornos);
- Procedimentos Terapêuticos realizados por especialidades não médicas;

- Cirurgias ambulatoriais (Cirurgias Maiores Ambulatoriais e cirurgias menores ambulatoriais)

- Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico Externo;

- Sessões de tratamento: hemoterapia, litotripsia, hemodiálise, hemodinâmica, radioterapia e quimioterapia.

1.1. Entende-se por primeira consulta, a visita inicial do paciente encaminhado pela rede/UBS-Unidades Básicas de Saúde, ao Ambulatório, para atendimento a uma determinada especialidade médica.

1.2. Entende-se por interconsulta, a primeira consulta realizada por outro profissional em outra especialidade, com solicitação gerada pela própria instituição, tanto no que se refere ao atendimento médico quanto ao não médico.

1.3. Entende-se por consulta subsequente, todas as consultas de seguimento ambulatorial, em todas as categorias profissionais, decorrentes tanto das consultas oferecidas à rede básica de saúde quanto às subsequentes das interconsultas.

1.4. Os atendimentos referentes a processos terapêuticos de média e longa duração, tais como, sessões de Fisioterapia, Psicoterapia, etc, a partir do 2º atendimento, devem ser registrados como procedimentos terapêuticos realizados (sessões) em especialidade não médica.

1.5. As consultas realizadas pelo Serviço Social não serão consideradas no total de consultas ambulatoriais, serão apenas informadas conforme as normas definidas pela Secretaria da Saúde.

1.6. Serão consideradas intervenções cirúrgicas ambulatoriais aqueles procedimentos cirúrgicos terapêuticos ou diagnósticos que não requeiram internações hospitalares. Serão classificados como Cirurgia Maior Ambulatorial (CMA) os procedimentos cirúrgicos terapêuticos ou diagnósticos, que pressupõem a presença do médico anestesista, realizados com anestesia geral, locoregional ou local, com ou sem sedação que requeiram cuidados pós-operatórios de curta duração, não necessitando internação hospitalar. Serão classificados como cirurgia menor ambulatorial (cma) os procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade realizados com anestesia local ou troncular que podem ser realizados em consultório, sem a presença do médico anestesista, e que dispensam cuidados especiais no pós-operatório. O registro da atividade cirúrgica classificada como ambulatorial se dará pelo Sistema de Informação Ambulatorial (SIA).

1.7. Com relação às Sessões de Tratamento (Quimioterapia, Hemodiálise, Hemodinâmica, etc.), o volume realizado mensalmente pela unidade será informado com destaque, para acompanhamento destas atividades, conforme as normas definidas pela Secretaria da Saúde.

##### 2. PROGRAMAS ESPECIAIS E NOVAS ESPECIALIDADES DE ATENDIMENTO

Se, ao longo da vigência deste contrato, de comum acordo entre os contratantes, o ..... se propuser a realizar outros tipos de atividades diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas especialidades médicas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia ou pela introdução de novas categorias de exames laboratoriais, estas atividades poderão ser previamente autorizadas pela CONTRATANTE após análise técnica, sendo quantificadas separadamente do atendimento rotineiro da unidade e sua orçamentação econômico-financeira será discriminada e homologada mediante Termo de Retirratificação ao presente contrato.

##### II.2. ATENDIMENTO NÃO MÉDICO NO ANO DE ...

CONSULTA NÃO MÉDICA	1º semestre						2º semestre						Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ESPECIALIDADES NÃO MÉDICAS 20.. ESPECIALIDADES NÃO MÉDICAS 20..

Enfermeiro  
Farmacêutico  
Fisioterapeuta  
Fonoaudiólogo  
Nutricionista  
Psicólogo  
Terapeuta Ocupacional  
Odontologia / Buco-Maxilo  
Outros

##### II.3. CIRURGIAS AMBULATORIAIS NO ANO DE ...

CIRURGIA AMBULATORIAL	1º semestre						2º semestre						Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CMA (MAIOR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cma (menor)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

##### II.4. SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO EXTERNO – SADT EXTERNO NO ANO DE ...

O Ambulatório oferecerá os serviços de SADT abaixo relacionados, na quantidade anual de \_\_\_\_\_ exames, a pacientes EXTERNOS ao Ambulatório, isto é, àqueles pacientes que foram encaminhados para realização de atividades de SADT por outros serviços de saúde, obedecendo ao fluxo estabelecido pela Secretaria Estadual da Saúde, nas quantidades especificadas:

SADT EXTERNO	1º semestre						2º semestre						Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Anatomia Patológica / Citopatologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diagnóstico Laboratório Clínico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Endoscopia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medicina Nuclear in Vivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Métodos Diagnósticos em Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Radiologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tomografia Computadorizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrassonografia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os exames para apoio diagnóstico e terapêutico aqui elencados estão subdivididos de acordo com a classificação para os procedimentos do SIA/SUS - Sistema de Informação Ambulatorial e suas respectivas tabelas.

##### II.5. ODONTOLOGIA NO ANO DE ...

ODONTOLOGIA	1º semestre						2º semestre						Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Primeira consulta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interconsulta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

##### II.6. TRATAMENTOS CLÍNICOS SOB ACOMPANHAMENTO NO ANO DE ...

TRATAMENTOS CLÍNICOS	1º semestre						2º semestre						Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Tratamento em Oncologia - Radioterapia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tratamento em Oncologia - Quimioterapia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tratamento em Nefrologia - Tratamento Dialítico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terapia Especializada - Litotripsia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

##### III – CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS À CONTRATANTE

A CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE toda e qualquer informação solicitada, na formatação e periodicidade por esta determinadas.

As informações solicitadas referem-se aos aspectos abaixo relacionados:

- Relatórios contábeis e financeiros;
- Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos para a unidade;
- Relatório de Custeio;
- Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;
- Outras, a serem definidas.

#### ANEXO TÉCNICO II

(a que se refere a Resolução SS-134, de 19-10-2020)

#### SISTEMA DE PAGAMENTO

##### I – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS

Com o fito de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1.1 A atividade assistencial da CONTRATADA subdividida-se nas modalidades abaixo assinaladas, as quais referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários da Unidade sob gestão da CONTRATADA, conforme especificação e quantidades relacionadas no Anexo Técnico I – Descrição de Serviços:

- ( ) Consulta médica;
- ( ) Atendimento não médico;
- ( ) Cirurgia Ambulatorial Maior;
- ( ) Cirurgia Ambulatorial Menor;
- ( ) Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT Externo;

1.2 Além das atividades de rotina, a unidade poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização da CONTRATANTE, conforme especificado no Anexo Técnico I - Descrição de Serviços.

##### II – AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO

A avaliação e análise das atividades contratadas constantes deste documento serão efetuadas conforme detalhado nas Tabelas que se seguem.

II.1 Os desvios serão analisados em relação às quantidades especificadas para cada modalidade de atividade assistencial especificada no Anexo Técnico I - Descrição de Serviços, podendo gerar ajuste financeiro a menor de 10% a 30% no valor do repasse para custeio da unidade no semestre, dependendo do percentual de alcance das metas

dos indicadores constante na TABELA II – VALORAÇÃO DOS DESVIOS DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO (MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DA ATIVIDADE ASSISTENCIAL) e respeitando-se a proporcionalidade de cada modalidade de contratação de atividade assistencial especificada na TABELA I – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PARA EFEITO DE DESCONTO DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO, constantes no presente Anexo.

II.1.1 Da análise realizada poderá resultar desconto financeiro, bem como repactuação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada mediante Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do instrumento contratual.

II.1.2 A avaliação do cumprimento das metas não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos de Aditamento ao Contrato de Gestão em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela CONTRATADA e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, se condições e/ou ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades da Unidade, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

II.2 Do período de avaliação:  
- 1º semestre – consolidação das informações em julho e avaliação em agosto;  
- 2º semestre – consolidação das informações em janeiro e avaliação em fevereiro no ano seguinte.

II.2.1 Na hipótese da unidade não possuir um semestre de funcionamento ou haver troca de gestor, a primeira avaliação e valoração das metas dos Indicadores de Produção (modalidade por contratação das atividades assistenciais), para efeito de desconto, será efetivada no semestre posterior.

II.2.2 Caso a CONTRATADA se mantenha na gestão da unidade, após a devida Convocação Pública, com a formalização de um novo contrato de gestão, será considerado o período de avaliação completo.

II.3 Os ajustes dos valores financeiros decorrentes dos desvios constatados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação, detalhados no item anterior.

II.4 O valor repassado de custeio no período avaliado, exceto aqueles recursos provenientes de "mutirões de procedimentos eletivos", será distribuído percentualmente nos termos indicados na Tabela I, para efeito de cálculo de desconto dos Indicadores de Produção, quando cabível.

##### II – ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

##### II.1. ATENDIMENTO AMBULATORIAL NO ANO DE ... (ESPECIALIDADES MÉDICAS)

CONSULTA MÉDICA	1º semestre						2º semestre						Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Primeira Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interconsulta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consulta Subsequente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ESPECIALIDADES MÉDICAS 20... ESPECIALIDADES MÉDICAS 20..

Acupuntura	Mastologia
Alergia/Imunologia	Medicina do trabalho
Anestesiologia	Nefrologia
Cardiologia	Neonatalogia
Cirurgia Cardiovascular	Neurocirurgia
Cirurgia Cabeça e Pescoço	Neurologia
Cirurgia Geral	Neurologia Infantil
Cirurgia Pediátrica	Obstetria
Cirurgia Plástica	Oftalmologia
Cirurgia Torácica	Oncologia
Cirurgia Vascular	Ortopedia/Traumatologia
Dermatologia	Ortopedia Infantil
Endocrinologia	Otorrinolaringologia
Endocrinologia Infantil	Pneumologia
Fisiatria	Pneumologia Infantil
Gastroenterologia	Proctologia
Genética Clínica	Psiquiatria
Geriatrics	Reumatologia
Ginecologia	Urologia
Hematologia	Outros
Infectologia	

TABELA I – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PARA EFEITO DE DESCONTO DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PARA EFEITO DE DESCONTO DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO	
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	%
Consulta médica	%
Atendimento não médico	%
Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)	%
Cirurgia Ambulatorial Menor (cma)	%
SADT Externo	%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

TABELA II – VALORAÇÃO DOS DESVIOS DOS INDICADORES DE PRODUÇÃO (MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DA ATIVIDADE ASSISTENCIAL)

ATIVIDADE REALIZADA	QUANTIDADE PRODUZIDA	FÓRMULA DE CALCULO (EM REAIS)
CONSULTA MÉDICA	Acima do volume contratado	100% X distribuição percentual da consulta médica (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 90% e 100% do volume contratado	100% X distribuição percentual da consulta médica (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 75% e 89,99% do volume contratado	90% X distribuição percentual da consulta médica (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Menos que 75% do volume contratado	70% X distribuição percentual da consulta médica (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
ATENDEMENTO NÃO MÉDICO	Acima do volume contratado	100% X distribuição percentual do atendimento não médico (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 90% e 100% do volume contratado	100% X distribuição percentual do atendimento não médico (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 75% e 89,99% do volume contratado	90% X distribuição percentual do atendimento não médico (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Menos que 75% do volume contratado	70% X distribuição percentual do atendimento não médico (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
CIRURGIA AMBULATORIAL MAIOR	Acima do volume contratado	100% X distribuição percentual da cirurgia ambulatorial (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 90% e 100% do volume contratado	100% X distribuição percentual da cirurgia ambulatorial (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 75% e 89,99% do volume contratado	90% X distribuição percentual da cirurgia ambulatorial (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Menos que 75% do volume contratado	70% X distribuição percentual da cirurgia ambulatorial (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
CIRURGIA AMBULATORIAL MENOR	Acima do volume contratado	100% X distribuição percentual da cirurgia ambulatorial (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 90% e 100% do volume contratado	100% X distribuição percentual da cirurgia ambulatorial (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 75% e 89,99% do volume contratado	90% X distribuição percentual da cirurgia ambulatorial (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Menos que 75% do volume contratado	70% X distribuição percentual da cirurgia ambulatorial (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
SADT EXTERNO	Acima do volume contratado	100% X distribuição percentual de SADT Externo (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 90% e 100% do volume contratado	100% X distribuição percentual de SADT Externo (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Entre 75% e 89,99% do volume contratado	90% X distribuição percentual de SADT Externo (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo
	Menos que 75% do volume contratado	70% X distribuição percentual de SADT Externo (tabela I) X orçamento de custeio do período avaliativo

III - AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

Os valores percentuais apontados na tabela inserida no Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade serão utilizados como base de cálculo do valor a ser descontado, em caso de descumprimento de metas dos indicadores detalhados naquele Anexo.

III.1 A avaliação e a valoração dos desvios no cumprimento dos Indicadores de Qualidade podem gerar um desconto financeiro a menor de até 10% do custeio da unidade no trimestre, nos meses subsequentes, dependendo do percentual de alcance das metas dos indicadores estabelecidos no Anexo Técnico III.

III.2 Do período de avaliação:

- 1º trimestre – consolidação das informações em abril e avaliação em maio;
- 2º trimestre – consolidação das informações em julho e avaliação em agosto;
- 3º trimestre – consolidação das informações em outubro e avaliação em novembro;
- 4º trimestre – consolidação das informações em janeiro e avaliação em fevereiro do ano seguinte.

III.2.1 Na hipótese da unidade não possuir um trimestre de funcionamento ou haver troca de gestor, a primeira avaliação e valoração das metas dos Indicadores de Qualidade do Contrato de Gestão, para efeitos de desconto, será efetivada no trimestre posterior.

III.2.2 Caso a CONTRATADA se mantenha na gestão da unidade, após a devida Convocação Pública, com a formalização de um novo contrato de gestão, será considerado o período de avaliação completo.

III.3 Os ajustes dos valores financeiros decorrentes dos desvios constatados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação, detalhados no item anterior.

III.4 Para efeitos de cálculo do desconto dos Indicadores de Qualidade, será considerado o percentual de 10% sobre o montante repassado a título de custeio à CONTRATADA no período avaliado, exceto aqueles recursos provenientes de "mutirões de procedimentos eletivos", combinado com os indicadores estabelecidos no Anexo Técnico III.

III.5 Fórmula:

Indicador	Orçamento de custeio no trimestre	Valoração do indicador de qualidade	Tabela do Anexo Técnico III
	Soma dos repasses do período	X 10%	X peso do indicador

III.6 Visando o acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão e o cumprimento das atividades estabelecidas para a CONTRATADA no Anexo Técnico I – Descrição de Serviços, a mesma deverá encaminhar mensalmente, até o dia 11 (onze), a documentação informativa das atividades assistenciais realizadas pela Unidade:

III.6.1. As informações acima mencionadas serão encaminhadas através dos registros nas ALH's - Autorização de Internação Hospitalar e dos registros no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, de acordo com normas e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE.

III.7 As informações mensais relativas à produção assistencial, indicadores de qualidade, movimentação de recursos econômicos e financeiros e dados do Sistema de Custos Hospitalares, serão encaminhadas via Internet, através do site [www.gestao.saude.sp.gov.br](http://www.gestao.saude.sp.gov.br), disponibilizado pela CONTRATANTE e de acordo com normas, critérios de segurança e prazos por ela estabelecidos.

III.8 O aplicativo disponibilizado na Internet emitirá os relatórios e planilhas necessárias à avaliação mensal das atividades desenvolvidas pela Unidade gerenciada e estabelecerá, através de níveis de acesso previamente definidos, a responsabilidade legal pelos dados ali registrados.

III.9 A CONTRATADA deverá encaminhar as Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certificado de Regularidade do FGTS, tanto da Unidade gerenciada quanto da OSS, além de extratos bancários, preços de materiais e medicamentos praticados (quando for o caso), entre outras informações, nos prazos e condições definidos pela CONTRATANTE.

III.10 A CONTRATANTE procederá à análise dos dados enviados pela CONTRATADA para que sejam efetuados os devidos pagamentos de recursos, conforme estabelecido no contrato.

ANEXO TÉCNICO III

(a que se refere a Resolução SS-134, de 19-10-2020)  
INDICADORES DE QUALIDADE

Os Indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão, ao desempenho da unidade e a qualidade da informação apresentada.

A complexidade dos indicadores é crescente e gradual, considerando o tempo de funcionamento da unidade.

Com o passar do tempo, a cada ano, novos indicadores são introduzidos e o alcance de um determinado indicador no decorrer de certo período o torna um pré-requisito para que outros indicadores mais complexos possam ser avaliados; desta forma, os indicadores que são pré-requisitos para os demais continuam a ser monitorados e avaliados.

IMPORTANTE: Alguns indicadores têm sua acreditação para efeito de pagamento no 2º, ou no 3º ou no 4º trimestres. Isto não significa que somente naquele período estarão sendo avaliados. A análise de cada indicador, a elaboração de pareceres avaliatórios e o encaminhamento dessa avaliação a cada unidade gerenciada serão efetuados mensalmente, independentemente do trimestre onde ocorrerá a acreditação de cada indicador para o respectivo pagamento.

A cada ano é fornecido um Manual que estabelece todas as regras e critérios técnicos para a avaliação dos Indicadores de Qualidade utilizados neste Contrato de Gestão.

A tabela abaixo apresenta o peso de cada Indicador de Qualidade para a avaliação e valoração de cada trimestre. Essa valoração poderá gerar desconto financeiro de até 10% sobre valor dos repasses realizados para a unidade no período avaliativo, conforme estabelecido no item III do Anexo Técnico II – Sistema de Pagamento.

Pré-requisitos  
PESO DOS INDICADORES DE QUALIDADE VALORADOS PARA O ANO DE .....

Indicadores	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre

Resolução SS - 135, de 19-10-2020

Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º, do Artigo 6º, da Lei Complementar 846, de 04-06-1998 e dá providências correlatas

O Secretário da Saúde, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 846, de 04-06-1998, em especial o § 3º do mencionado Diploma Legal, resolve:

Artigo 1º - Realizar a presente Convocação Pública das entidades privadas sem fins lucrativos, que já possuam qualificação como Organização Social de Saúde no âmbito do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Complementar 846, de 4 de junho de 1998, para que, na hipótese de comprovado interesse em celebrar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde para gerenciar o Ambulatório Médico de Especialidades de Santos – AME Santos, manifestem, por escrito, seu intento junto ao Titular da Pasta, no prazo máximo de 2 dias corridos a contar da publicação desta Resolução.

Parágrafo Primeiro – Diante da situação sanitária enfrentada em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus a manifestação de interesse deverá ser remetida ao seguinte correio eletrônico: [cgcss-ame@saude.sp.gov.br](mailto:cgcss-ame@saude.sp.gov.br), considerando efetivada mediante confirmação do recebimento.

Parágrafo Segundo – Da manifestação de interesse deverá constar nome e meios de contato (telefone e e-mail) de um (a) responsável pela Organização Social de Saúde, o (a) qual poderá vir a ser contratado (a) para assuntos e informações referentes a esta convocação pública.

Artigo 2º - O Contrato de Gestão a que se refere o artigo 1º desta Resolução terá por objeto discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização da gestão da referida unidade, compreendendo a execução das atividades e serviços, bem como a sistemática econômico-financeira da gestão.

Artigo 3º - As Organizações Sociais de Saúde interessadas em firmar Contrato de Gestão para gerenciar o Ambulatório Médico de Especialidades de Santos – AME Santos deverão apresentar à Secretaria de Estado da Saúde, no prazo máximo de 5 dias corridos, contados a partir da expiração do prazo para manifestação de interesse, conforme disposto no artigo 1º desta Resolução, um Plano Operacional que contemple, no mínimo:

- a) Apresentação da Organização Social de Saúde, um breve histórico e os objetivos gerais e específicos da instituição que embasam a manifestação de interesse;
- b) Descrição dos processos de trabalho que serão desenvolvidos para a execução das ações e serviços que estão referidos no Projeto elaborado para a unidade em pauta;
- c) Cronograma de implantação dos referidos serviços, quando for o caso;
- d) Sistemática econômico-financeira para a operacionalização das ações e serviços de saúde propostos;

Parágrafo Primeiro – O Plano Operacional, frente a situação sanitária que limita a locomoção de pessoas, deverá ser enviado ao seguinte endereço eletrônico: [cgcss-ame@saude.sp.gov.br](mailto:cgcss-ame@saude.sp.gov.br). A remessa dos documentos será considerada efetivada após confirmação do recebimento.

Parágrafo Segundo - Será fornecido às instituições que manifestem seu interesse, no prazo previsto no artigo 1º, o Projeto Assistencial que contempla os dados estruturais e de necessidades de serviços referentes ao Ambulatório Médico de Especialidades de Santos – AME Santos, que deverão ser utilizados pelas instituições para elaboração do Plano Operacional.

Parágrafo Terceiro - As instituições que manifestarem interesse poderão solicitar à Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, por meio do e-mail [cgcss-ame@saude.sp.gov.br](mailto:cgcss-ame@saude.sp.gov.br), agendamento de visitas técnicas à unidade em pauta para subsidiar a elaboração do Plano Operacional.

Parágrafo Quarto - O Plano Operacional deverá ser entregue em meio eletrônico, acompanhado necessariamente das planilhas fornecidas pela Secretaria de Estado da Saúde em MS-Excel, devidamente preenchidas, datadas e assinadas pelo representante da Organização Social de Saúde.

Parágrafo Quinto - Tratando-se de uma unidade já em funcionamento, em caso de alteração na Organização Social de Saúde gerenciadora será criado grupo de transição composto por integrantes da gestão atual, da nova gestora e por membros da Pasta, cabendo aos últimos a definição das diretrizes e responsabilidades para não ocorrência de solução de continuidade nos serviços prestados.

Artigo 4º - O Contrato de Gestão reproduzido no Anexo I desta Resolução, cuja minuta foi submetida à Consultoria Jurídica desta Pasta, observará as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie e estará disponível no sítio eletrônico: <http://www.portaldatransparencia.saude.sp.gov.br/convocacoes.php>

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I  
(a que se refere a Resolução SS-134, de 19-10-2020)  
Minuta submetida à consultoria Jurídica no processo 001/0100/000.366/2006

CONTRATO DE GESTÃO  
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE, E O(A)..... QUALIFICADO(A) COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE, PARA REGULAMENTAR O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NO (A) .....

Pelo presente instrumento, de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com sede nesta cidade na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar 188, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado da Saúde, Dr.

....., portador da Cédula de Identidade R.G. nº ....., CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado o(a) ....., com CNPJ/MF nº ....., inscrito no CREMESP sob nº ....., com endereço à Rua ....., e com estatuto arquivado no ..... Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº ....., do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo, neste ato representada por seu ..... Sr. ...., R.G. nº ....., C.P.F. nº ....., doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 846, de 4 de junho de 1998, e considerando a declaração de dispensa de licitação inserida nos autos do Processo nº ....., fundamentada nos § 1º e § 3º, do artigo 6º, da Lei Complementar 846/98, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecidos na Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90, com fundamento na Constituição Federal, em especial no seu artigo 196 e seguintes, e na Constituição do Estado de São Paulo, em especial o seu artigo 218 e seguintes, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no (a)..... cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1- O presente Contrato de Gestão tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no (a)....., em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento.

2- O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

3- Fazem parte integrante deste Contrato:  
a) O Anexo Técnico I – Descrição de Serviços  
b) O Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento  
c) O Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade

CLÁUSULA SEGUNDA

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA  
Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das especificações técnicas nos Anexos e daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e estadual que regem a presente contratação, as seguintes:

1- Prestar os serviços de saúde que estão especificados no Anexo Técnico I - Prestação de Serviços à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE, conforme determina a Lei Complementar 971/05 e de acordo com o estabelecido neste contrato;

2- Dar atendimento exclusivo à demanda dos usuários do SUS e do IAMSPE (Lei Complementar 971/2005) no estabelecimento de saúde, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Lei Complementar 846/98;

3- Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o município de residência e, para os residentes nesta capital do Estado de São Paulo, o registro da região da cidade onde residem (Centro, Leste, Oeste, Norte ou Sul);

4- Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, de que trata a Lei Complementar 846/98, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

4.1- A responsabilidade de que trata o item anterior estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços, nos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11-09-1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5- Restituir, em caso de desqualificação, ao Poder Público, o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores dele recebidos;

6- Administrar os bens móveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público;

6.1- Comunicar à instância responsável da CONTRATANTE todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência;

6.2- Na aquisição de bens móveis deverão ser efetuados os respectivos patrimônio e registro no Sistema de Administração e Controle Patrimonial (ACP), observada a Cláusula Terceira, item 3 do presente contrato.

6.3- A CONTRATADA deverá proceder à devolução de bens ao Poder Público Estadual, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas ou se tornem inservíveis.

7- A locação de imóvel pela Organização Social de Saúde, com recursos do Contrato de Gestão, dependerá de prévia pesquisa de mercado, contendo ao menos 3 (três) imóveis de interesse, a ser submetida à Secretaria de Estado da área correspondente, que se pronunciará, em até 30 (trinta) dias, após consulta ao Conselho do Patrimônio Imobiliário para verificar a existência de próprio estadual disponível para uso, consoante Artigo 3º, I, "c" do Decreto 64.056/2018;

7.1- A locação do imóvel se destinará à execução das atividades finalísticas do Contrato de Gestão, consoante Artigo 3º, II, §1º do Decreto 64.056/2018;

8- Transferir, integralmente à CONTRATANTE em caso de desqualificação ou extinção da organização social o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, em razão do contrato de gestão, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde na unidade cujo uso lhe fora permitido;

9- Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como dissídios coletivos e cumprimento das normas legais vigentes nos âmbitos municipal, estadual, federal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho resultantes da execução do objeto desta avença, sem a transferência de qualquer ônus à CONTRATANTE;

10- Instalar na unidade "Serviço de Atendimento ao Usuário", devendo encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde relatório de suas atividades, conforme o disposto nos Anexos deste Contrato de Gestão;

11- Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados;

12- Em se tratando de serviço de hospitalização informar, sempre que solicitado, à CONTRATANTE, o número de vagas disponíveis, a fim de manter atualizado o serviço de atendimento da "Central de Vagas do SUS" (plantão controlador), bem como indicar, de forma atualizada e em lugar visível na unidade, o número de vagas existentes no dia;

12.1 Em se tratando de serviços exclusivamente ambulatoriais, integrar o Serviço de Marcação de Consultas instituído pela Secretaria de Estado da Saúde, se esta assim o definir;

13- Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde, seguido pelo nome designativo "Organização Social de Saúde";

14- Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado, prestador de serviço ou preposto, em razão da execução deste contrato;

15- Manter sempre atualizado o prontuário médico, o arquivo médico e o registro dos exames dos pacientes, pelo prazo mínimo de 05 anos, ressalvados os prazos previstos em lei;